TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 039/2019-TJPA// Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Município de Altamira, através da Câmara Municipal de Altamira// CNPJ/MF 04.574.083/0001-83// Objeto do Convênio: O presente objeto é a cessão de servidores para a realização de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento das atividades necessárias à modernização da Justiça no Município, por mais 3 (três) anos// Objeto do aditivo: prorrogação de vigência em mais 03 anos// Vigência do aditivo: Início em 10/10/2022 e término em 09/10/2025// Data da assinatura: 07/10/2022 // Responsável pela assinatura: Célia Regina de Lima Pinheiro – Desembargadora Presidente do TJPA.

Protocolo: 861810

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 062/2022. // Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a empresa CONSERP MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.489.015/0001-65. // Objeto: Retificação da Cláusula Terceira, que trata dos valores contratados, a qual passa a ter a seguinte redação: CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES - O valor global do contrato é de R\$ 306.000,00(trezentos e seis mil reais), discriminados da seguinte forma:

ITEM	LOCAL	AQUISIÇÃO / SERVIÇO	VALOR
01	Novo Fórum de Altamira	Aquisição e instalação de 01 (um) elevador de passageiros.	R\$ 262.000,00
02		Manutenção preventiva e corretiva para 12 (doze) meses.	R\$ 24.000,00
03		Valor para eventual reposição de peças (contingencial).	R\$ 20.000,00
VALOR GLOBAL DO CONTRATO			R\$ 306.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica ajustado o Termo de Referência, em razão das alterações realizadas nos itens 3.1 e 3.7.1 antes da publicação do Edital da licitação, passando a ter a redação conforme o Anexo I deste Termo Aditivo. Ratificação: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato Original// Foro: Belém/PA. // Data da assinatura: 05/10/2022. Representante do Contratante: Débora Moraes Gomes – Secretária de Administração. // Ordenador Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos – Secretário de Planejamento, Coordenação e Finanças.

Protocolo: 861935

CENTAVOS), que corresponde ao mesmo valor que recebia o titular. Art.3º Este ATO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 11 de julho de 2022. MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 05 DE SETEMBRO DE 2022. Deputado Francisco Melo - Chicão Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará Deputada Profª Nilse Pinheiro Deputada Dilvanda Faro 1ª Secretária 2ª Secretária

Protocolo: 862345

TRIBUNAIS DE CONTAS**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ****PORTARIA****PORTARIA Nº 39.284, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.**

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 15 inciso I da Lei nº 8.037, de 05-09-2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.722, de 08-09-2014; CONSIDERANDO o disposto nos Artigos 8º, 11 e 12 da Resolução nº 18.768/2015, CONSIDERANDO o Parecer n.º 070/2022 da Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho contido no Expediente nº 012160/2021; R E S O L V E: HOMOLOGAR o resultado da Avaliação de Desempenho para a Progressão Funcional Horizontal por Merecimento, conforme tabela abaixo, elaborada pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Matrícula	Nome	ENQUADRAMENTO ATUAL			PROGRESSÃO HORIZONTAL POR MERECIMENTO			A contar de:
		Cargo atual	CI	Nv	Cargo Enquadramento	CI	Nv	
0101534	WALDO BALEIXE DA COSTA	Auditor de Controle Externo-Direito TCE-CT-603	A	02	Auditor de Controle Externo-Direito TCE-CT-603	A	03	10/09/2022

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

Protocolo: 862026

LICENÇA PRÊMIO**PORTARIA Nº 39.261, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.***

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, e, CONSIDERANDO o art. 2º, da Lei nº 9.683/2022; CONSIDERANDO a solicitação do interessado através de expediente protocolizado sob o nº 017000/2022.

R E S O L V E:

CONCEDER ao Conselheiro Substituto DANIEL MELLO, matrícula nº 0101396, 60 (sessenta) dias de licença-prêmio, referentes ao triênio de 21-09-2017 a 25-04-2022, nos termos do artigo 2º, da Lei nº 9.683/2022, e artigo 8º, inciso IX, da Lei Complementar nº 173/2020, no período de 03-10-2022 a 01-12-2022.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

*Republicada por ter saído com incorreção no D.O.E nº 35.138, de 03/10/2022.

Protocolo: 861763

PORTARIA Nº 39.260, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, e, CONSIDERANDO o art. 2º, da Lei nº 9.683/2022; CONSIDERANDO a solicitação do interessado através de expediente protocolizado sob o nº 017002/2022.

R E S O L V E:

CONCEDER ao Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA, matrícula nº 0101397, 60 (sessenta) dias de licença-prêmio, referentes ao triênio de 21-09-2017 a 25-04-2022, nos termos do artigo 2º, da Lei nº 9.683/2022, e artigo 8º, inciso IX, da Lei Complementar nº 173/2020, no período de 03-10-2022 a 01-12-2022.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

*Republicada por ter saído com incorreção no D.O.E nº 35.134, de 29/09/2022.

Protocolo: 861776

LEGISLATIVO**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ****ATO DA MESA Nº 204/2022-MD-AL**

Dispõe sobre o pagamento de Pensão:

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições e competências regimentais; CONSIDERANDO com efeito da Lei Complementar Nº 92, de 14 de janeiro de 2014 – alterada pela Lei Complementar Nº 96/2014 – que extinguiu e liquidou o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - IPALEP, criado pela Lei 4.797/78 e que era regido pela Lei Complementar Nº 75/2010, é o documento legal que hoje rege as ações daquele instituto e, no seu artigo 11, determina que “conceder-se-á pensão ao cônjuge ou companheiro sobrevivente ou dependente por morte do contribuinte ou aposentado, correspondente ao valor dos proventos de aposentadoria que o segurado recebia ou a que ele teria direito.”

CONSIDERANDO assim, diante de tanta clareza da legislação em vigor, de acordo com o art.11, da Lei complementar 092/2014 concede, “a pensão será devida na data do deferimento da concessão do benefício, com seus efeitos retroagindo a data do óbito.”

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral desta Assembleia Legislativa, exarado as fls.21, 22 e 23, do Processo Administrativo Nº 5855/2022. RESOLVE:

Art. 1º O Plano de Seguridade Social dos Parlamentares passa a fazer o pagamento da Pensão a Sra. DILZA MARIA RODRIGUES DA SILVA, na qualidade de viúva do Ex-Deputado Estadual aposentado, Continuação do ATO da MESA de Nº 204/2022-MD-AL senhor HAROLDO HERACLITO TAVARES DA SILVA, falecido em 11 de julho de 2022. Parágrafo único. A pensionista referida no Caput deste artigo, terá direito a pensão integral do Aposentado Ex-Deputado Estadual HAROLDO HERACLITO TAVARES DA SILVA, correspondente a 16 (DEZESSEIS) anos de contribuição, previsto no inciso I e II do Art.17, da Lei Complementar Nº 92/2014, e no inciso I, do Art.5º.

Art.2º O tempo total de contribuição foi de 192 (CENTO E NOVENTA E DOIS) meses, equivalentes a 16 (DEZESSEIS) anos de mandato, passando a ter direito a Pensão no valor de R\$ 20.257,80 (VINTE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITENTA